

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 104.574 - AL (2018/0278383-5)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : THIAGO SILVA BARBOSA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por THIAGO SILVA BARBOSA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas.

Os autos dão conta de que o recorrente foi preso em flagrante, custódia essa convertida em preventiva, pela suposta prática do crime previsto no art. 157 do Código Penal.

Na ação originária, alegou a defesa que não estariam presentes os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

No entanto, a Corte de origem denegou a ordem, nos termos do acórdão de e-STJ fls. 85/94.

No presente reclamo, a defesa reafirma as alegações originárias, razão por que requer o relaxamento da custódia cautelar (e-STJ fls. 101/105).

Parecer ministerial pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 122/126).

É, em síntese, o relatório.

Conforme informações prestadas pelo Juízo da 5ª Vara Criminal da Comarca de Arapiraca/AL à e-STJ fl. 177 e confirmada no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, verifica-se que o recorrente, em 16 de janeiro de 2018, foi beneficiado com a concessão da liberdade provisória – **decisão judicial superveniente à impetração originária** –, por decisão de seguintes termos:

[...]

Da análise dos poucos documentos coligidos aos autos e do histórico retirado do SAJ, constato que a manutenção da prisão cautelar dos flagranteados não se faz necessária, já que são tecnicamente primários, possuem bons antecedentes, residência fixa e ocupação, havendo a presunção de que sua liberdade não será um óbice à aplicação da lei penal. Ademais, conforme entendimento pacífico dos Tribunais Superiores, a prisão cautelar somente deve

ser decretada ou mantida se presentes elementos concretos de que o Réu, uma vez livre, afetará a ordem pública, com a reiteração de atos criminosos, por exemplo; colocará em risco a instrução criminal ou a aplicação da lei penal (art. 312 do CPP). In casu, além de os requisitos subjetivos serem favoráveis aos Acusados, não há qualquer elemento concreto que preencha os requisitos objetivos autorizadores da segregação provisória daquele. Contudo, considerando a necessidade de garantir que o indiciado não voltará a delinquir, aplico as seguintes medidas cautelares: I - proibição de ausentar-se da Comarca enquanto durar o processo criminal; II proibição de cometer novos delitos; III obrigação de comunicar a este Juízo qualquer mudança de endereço. Diante de tais considerações, determino que seja expedido alvará de soltura em favor dos Indiciados THIAGO SILVA BARBOSA e SAMUEL DA SILVA SANTOS e a lavratura do Termo de Compromisso das medidas supra delineadas, com a observância de que o descumprimento ensejará a conversão em prisão preventiva, nos moldes do art. 282, § 4.º c/c art. 312, parágrafo único, ambos do CPP. Cite-se o réu THIAGO SILVA BARBOSA no ato de sua soltura. [...]

Nessas circunstâncias, havendo a superveniência de decisão judicial à impetração originária concedendo ao ora recorrente o benefício da liberdade provisória, o presente recurso – que objetivava, justamente, a liberdade do recorrente – perdeu seu objeto.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator